TRANSIÇÃO ENERGÉTICA, MERCADEJAÇÃO E NEOEXTRATIVISMO: REFLEXÕES A PARTIR DO CASO FLUMINENSE

Sessão 5. Gestão e desenvolvimento socioambiental

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar as iniciativas públicas e privadas de construção dos mercados de geração eólica offshore e de hidrogênio verde no Brasil, com ênfase no Estado do Rio de Janeiro (ERJ), baseando-se na noção de mercadejação (marketization) (Callon, 1998; Berndt, Rantisi e Peck, 2020). Em seguida, ensaia possíveis implicações territoriais deste processo, à luz das alterações na divisão espacial do trabalho (Massey, [1979]2012) no setor energético e do caráter neoextrativista (Acosta, 2016; Svampa, 2020) da geração de energia renovável, decorrentes das medidas relacionadas à transição energética em território fluminense. A pesquisa, de caráter qualitativo e subsidiada pelos referenciais teóricos supracitados, realiza revisão bibliográfica e análise de documentos institucionais de órgãos públicos e empresas privadas, notas da imprensa e proposições legais, assim como dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

ASPECTOS METODOLOGICOS

A pesquisa, de caráter qualitativo e subsidiada pelos referenciais teóricos referentes ao processo de mercadejação e às noções de divisão espacial do trabalho e neoextrativismo, realiza revisão bibliográfica, análise documental e regulatória, e levantamento de informações na imprensa, de modo a compreender a construção dos mercados de geração eólica offshore e de hidrogênio verde e suas implicações espaciais em território fluminense.

Na dimensão empírica, analisa ainda os projetos em licenciamento no IBAMA, de modo a identificar a composição societária, a localização e as características dos empreendimentos, assim como a capacidade instalada e os fornecedores das turbinas, o que contribui para corroborar as hipóteses discutidas. Para tanto, a elaboração de um banco de dados, com as informações fornecidas pelo órgão ambiental, e o uso da ferramenta tabela dinâmica, foram recursos metodológicos aplicados à realização do artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A possibilidade de consolidação dos mercados de geração eólica offshore e hidrogênio verde – fonte oriunda da eletrólise da água, processo intensivo em água e combustíveis renováveis – tem elevado o interesse pelo Brasil enquanto agente potencialmente importante na descarbonização global, em função da oferta de seus principais insumos: ventos, incidência solar e água (Atlas Eólico e Solar, 2019). Ressalta-se que o hidrogênio verde é a aposta europeia para a transição energética, tendo em vista o enfrentamento das mudanças climáticas e o cumprimento do Acordo de Paris.

O Estado do Rio de Janeiro, através do governo estadual, tem promovido a transição energética, concomitantemente às iniciativas nacionais e internacionais, inserindo a temática nas estratégias governamentais, por meio de proposições legais, criação de órgãos governamentais, isenções fiscais, memorandos e cooperações técnicas com empresas de capital internacional relacionadas às fontes renováveis. A construção dos mercados em curso busca consolidar o estado enquanto destino de investimentos em energias renováveis, e consequentemente, espaço de diversificação de capitais globais, em contexto de descarbonização. Ressalta-se que a matriz elétrica do ERJ é majoritariamente formada por combustíveis fósseis, além de se tratar de uma economia fortemente dependente das receitas do petróleo (Pessanha, 2015; Piquet, 2021).

O processo de mercadejação (marketization) examina as condições econômicas, políticas, institucionais, regulatórias, sociais e ideológicas segundo as quais os mercados são criados, de maneira a revelar a variedade, a diversidade e a heterogeneidade das condições de funcionamento de mercados, continuamente adaptados e adaptáveis, exercendo o Estado um papel central (Callon, 1998; Berndt, Rantisi, & Peck, 2020). Tal processo, de caráter multiescalar, tem o potencial de promover mudanças na divisão espacial do trabalho (Massey, [1979]2012), ao passo que, a depender de seu enquadramento, em contexto de neoliberalização (Peck, 2010), reforça a tendência neoextrativista (Acosta, 2016; Svampa, 2020), responsável pela reiteração das relações subordinadas do país e seus espaços subnacionais aos ditames globais da acumulação, cada vez mais financeirizados.

No caso em tela, o caráter neoextrativista se revela, de um lado, a partir da análise dos determinantes que levam à expansão da demanda por energia renovável, que impelem a ampliação das fronteiras de produção energética em caráter intensivo, em prol da descarbonização global; e de outro, quando da identificação do controle do capital das empresas de energias renováveis e do domínio tecnológico, majoritariamente internacionais (Werner e Benites, 2023).

Como resultados, a análise sugere, portanto, que a mercadejação da geração eólica offshore e do hidrogênio verde, destinado à exportação para atender aos imperativos da transição energética em escala global, tem o potencial de promover transformações na divisão inter-regional e internacional do trabalho no setor energético, em um estado petrodependente, ao passo que, dado os vínculos com os capitais estrangeiros e com a apropriação externa dos recursos territoriais, poderão promover o aprofundamento de relações neoextrativistas na região.

RELAÇÃO COM A SESSÃO TEMATICA

O trabalho é proposto para a Sessão 5, Gestão e desenvolvimento socioambiental. Ao refletir sobre as implicações territoriais da construção de mercados para a produção de fontes renováveis – eólica offshore e hidrogênio verde – no Estado do Rio de Janeiro, dialoga com a proposta de discussão sobre as problemáticas do uso sustentável dos recursos naturais, em contexto de transição energética. Apesar do caráter de sustentabilidade atribuído à geração de energia por fontes renováveis, os investimentos reiteram processos neoextrativistas e, demandam, em contraposição, que a construção de novos mercados de energias renováveis sejam capazes de romper com o padrão subordinado de inserção da economia nacional, e seus espaços sub-regionais, nas dinâmicas globais de acumulação.

REFÊRENCIAS.

Acosta, A.. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge. Descolonizar o imaginário- debates sobre o extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Elefante Editora, 2016.

Atlas Eólico e Solar: Ceará. Elaborado por Camargo Schubert Engenheiros Associados [et al.]: Curitiba. Fortaleza: ADECE, FIEC, SEBRAE, 2019.

Berndt C., Rantisi N. M., Peck J.. M / market frontiers. Meio Ambiente e Planejamento A: Economia e Espaço, 2020.

Callon, M.. An Essay on Framing and Overflowing: Economic Externalities Revisited by Sociology. The Sociological Review, 1998.

Massey, Doreen. En qué sentido hablamos de problema regional? In: ALBET, A.; BENACH, N. (Org.) Doreen Massey. Um sentido global del lugar. Barcelona, Icaria Editorial, 2012.

Peck, J.. Constructions of Neoliberal Reason. Oxford: Oxford University Press, 2010.

Pessanha, R. M.. A ampliação da fronteira de exploração petrolífera no Brasil é parte da geopolítica da energia: oportunidades e riscos de inserção global em meio às novas territorialidades regionais e ao desafio da abundância na economia dos royalties no Estado do Rio de Janeiro, *Espaço e Economia*, 2015.

Piquet, R. (org.). Norte fluminense: uma região petrodependente. Rio de Janeiro: Editora Telha, 2021.

Svampa, M. As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Editora Elefante, 2020.

Werner, D.; Lazaro, L. L. B.. The policy dimension of energy transition: The Brazilian case in promoting renewable energies (2000–2022), Energy Policy, Elsevier, 2023